



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. 001

## **PROJETO DE LEI N 012, DE 31 DE MAIO DE 2019.**

*Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2020 e dá outras providências.*

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

### **A P R O V A:**

#### **CAPÍTULO I DISPOSIOES PRELIMINARES**

**Art. 1** Ficam estabelecidas as diretrizes para o Orçamento do Município, no exercício de 2020, compreendendo:

- I - As orientações sobre a elaboração e execução;
- II - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- III - As alterações na legislação tributária do município;
- IV - As disposições relativas às despesas com pessoal;
- V - Outras determinações de gestão financeira.

**Art. 2** As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2020 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta Lei, as quais tero precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual, não se constituindo em limite  programo da despesa.

Pargrafonico:- As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-o modificadas por leis posteriores, inclusive a Lei Orçamentária Anual, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

**Art. 3** As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2020 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrado em:

I - Despesas Obrigatórias;
II - Prioridades e Indicadores por Programas;
IIA - Programas, Metas e Ações;
III - Metas Anuais;
IV - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. 002

## PROJETO DE LEI N 012, DE 31 DE MAIO DE 2019.

V - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três exercícios anteriores;
VI - Evolução do Patrimnio Líquido;
X - Estimativa e Compenso da Renúncia de Receita;
XI - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
XII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

## CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

### Das Diretrizes Específicas

**Art. 4** A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020 obedecerá as seguintes disposições:

I - Cada programa identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas;

II - Na estimativa da receita considerar-se- a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;

III - Os projetos em fase de execução tero prioridades sobre os novos projetos;

IV - Os recursos legalmente vinculados às finalidades específicas deverão ser utilizados exclusivamente para atendimento do objetivo de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**Art. 5** As unidades orçamentárias (atráves de suas secretarias) da Administração Direta encaminharão à Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal suas propostas orçamentárias parciais até o dia 30 de junho de 2019.

**Art. 6** A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura Municipal sua proposta orçamentária até o dia 31 de agosto de 2019.

 1 O Executivo encaminhará  Câmara Municipal, até 30 (trinta) dias antes do prazo fixado no "caput", os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2019 e 2020, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cáculo, conforme estabelece o artigo 12 da Lei Complementar Federal n 101/2000.

 2 Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. 003

## **PROJETO DE LEI N 012, DE 31 DE MAIO DE 2019.**

**Art. 7** A Lei Orçamentária conter Reserva de Contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e caso estes não se concretizem esta reserva ficará destinada para eventuais suplementações.

**nico:-** O valor da Reserva de Contingência terá seu limite máximo de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

**Art. 8** Até o limite de 25% da despesa inicialmente fixada fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entrergos orçamentários e categorias de programação.

**Art. 9** Até o limite de 25% da despesa inicialmente fixada fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de créditos adicionais suplementares.

** 1** Esta autorização poderá também constar da Lei Orçamentária.

**Art. 10** Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, através dos Termos de Colaboração e Termo de Fomento, desde que observadass seguintes exigências e condições estabelecidas na Lei Federal n 13.019 de 31 de julho de 2014.

**Art. 11** Visando realização e ao atendimento de atividades estabelecidas nos programas governamentais do Município, o Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades sem fins lucrativos, para, em seu nome, prestarem servios população, em conformidade com o estabelecido no artigo 116 da Lei Federal n 8.666/93.

**Art. 12** Ficam proibidas as seguintes despesas:

- I - Novas obras, desde que bancadas pela paralisação das antigas;
- II - Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenha em seu quadro societário servidor públicos da ativa;
- III - Pagamento de verbas de gabinete aos Vereadores;
- IV - Pagamento de anuidade de servidores e conselhos profissionais com OAB, CREA, CRC, entre outros;
- V - Distribuição de agendas, chaveiros, buquê de flores, cartões e cestas de natal entre outros brindes.

**Art. 13** A Lei Orçamentária não consignar recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimnio público.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, nº 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. 004

## PROJETO DE LEI Nº 012, DE 31 DE MAIO DE 2019.

### Da Execução do Orçamento

**Art. 14** Até trinta dias após publicação da Lei Orçamentária Anual o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º As receitas, conforme as previsões respectivas serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais;

§ 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo, poderão ser modificados conforme os resultados da execução orçamentária;

**Art. 15** Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre a receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será determinada a limitação de empenhos e da movimentação financeira.

§ 1º A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional à participação dos poderes Legislativo e Executivo no total das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária de 2019 e de seus créditos adicionais.

§ 2º A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades orçamentárias.

§ 3º A limitação de empenho e da movimentação financeira será determinada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por ato da mesa e por decreto.

§ 4º Excluem-se da limitação de que trata este artigo, as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução, bem como as contrapartidas requeridas em convenio com a União e o Estado.

**Art. 16** Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivos ou benefício tributário que importem em renúncia de receita deverão obedecer às disposições da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, devendo estar acompanhados do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro a que se refere o seu artigo 14.

§ Único: Excluem-se da referida obrigação os atos relativos ao cancelamento de créditos cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança, bem como eventuais descontos para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano, desde que os valores respectivos tenham sido considerados na estimativa da Receita.

### CAPÍTULO III DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. 005

## **PROJETO DE LEI N 012, DE 31 DE MAIO DE 2019.**

**Art. 17** O Poder Executivo poderá encaminhar a Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções.

II - Revisão das taxas, tarifas e preços objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do município;

III - Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

IV - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVOAS A PESSOAL E ENCARGOS**

**Art. 18** O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e slrio, incluindo:

I - A concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores.

II - A criação e a extinção de empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira.

III - O provimento de empregos e contratações de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislação vigente.

IV - Revisão do sistema de pessoal, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público.

**nico:-** As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

**Art. 19** O total da despesa de pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês em referência, somado com as dos onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao fim de cada quadrimestre, não poderá exceder o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

**nico:-** Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I - De indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - Relativa a incentivos  demissão voluntária;

III - Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o "caput" deste artigo;



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. 006

## **PROJETO DE LEI N 012, DE 31 DE MAIO DE 2019.**

IV - Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico.

V - Decorrentes da revisão geral anual de que trata o artigo 37, X da Constituio Federal.

### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIOES GERAIS**

**Art. 20** Os repasses mensais de recursos financeiros ao Poder Legislativo serão realizados de acordo com o cronograma anual de desembolso mensal de que trata o Art. 14 desta lei, respeitado o limite máximo estabelecido no artigo 29-A da Constituio Federal de 1988, introduzido pela Emenda Constitucional 25/2000.

 1 No caso da não elaborao do cronograma de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados  razão de um doze avos por mês, aplicados sobre o total das dotaoes orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite máximo previsto na Constituio Federal.

**Art. 21** Os projetos de lei, relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

 **nico**:- Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicao dos recursos compensatórios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 30 dias, a contar da data do recebimento do pedido.

**Art. 22** O sistema de controle interno do Poder Executivo será responsável por acompanhar, controlar, avaliar e emitir relatórios sobre os programas de governo, a fim de auxiliar o Chefe do Poder Executivo no cumprimento do seu dever com a legislao vigente.

**Art. 23** Caso o projeto de Lei Orçamentária não seja devolvido para sano até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no artigo 35,  2, inciso II, do Ato das Disposioes Constitucionais Transitórias da Constituio Federal, a sua programao poderá ser executada na proporo de 1/12 (um doze avos) do total da despesa orçada.

**Art. 24** As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2019 serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente, inclusive para efeito de comprovao dos limites constitucionais de aplicao de recursos nas áreas da educao e da saúde.



# Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

fls. 007

## **PROJETO DE LEI N 012, DE 31 DE MAIO DE 2019.**

**Pargrafonico:**- Decorrido o prazo de que trata o caput e constatada, excepcionalmente, a necessidade de manutenção dos restos a pagar, fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar sua validade, condicionado  existência de disponibilidade financeira para a sua cobertura.

**Art. 25** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, em 31 de maio de 2019.

**VINICIUS MAGNO FILGUEIRA**  
Prefeito Municipal em exercício